

Espectro de Quê?

Paul Scharre

As opiniões expressas neste artigo são exclusivamente do autor.

UMA DÉCADA DE conflito aprimorou e ampliou nosso entendimento da guerra. Nosso léxico também precisa mudar. As operações para estabilizar regiões

militares, investindo em tecnologias avançadas, destinadas a enfraquecer a projeção de poder pelos Estados Unidos da América (EUA) e eliminar suas tradicionais vantagens. Os mísseis balísticos de longo alcance, os mísseis de cruzeiro antinavio, os sistemas integrados de defesa antiaérea, as armas antissatélite e as armas cibernéticas



CFN dos EUA, Cb Reece Lodder

Fuzileiro Naval dispara um míssil *Javelin* de uma viatura, durante exercício no Centro de Combate Aeroterrestre do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, Twentynine Palms, Estado da Califórnia, 29 Ago 11.

“subgovernadas” e administrar a instabilidade interna, antes consideradas “operações de não guerra” ou “conflito de baixa intensidade”, hoje são vistas como guerras que podem incluir o combate intenso. Ao mesmo tempo, adversários estatais sofisticados ampliaram o espectro das operações

têm o potencial de complicar os conceitos de operação norte-americanos contra adversários que possuam essas tecnologias. Enquanto isso, atores não estatais, não satisfeitos com apenas o terrorismo e a insurgência como métodos de combate, buscam armas mais sofisticadas, que os

Paul Scharre serviu na Arma da Infantaria, no 75º Regimento de Rangers, no Iraque e no Afeganistão. Integra,

atualmente, o Gabinete do Secretário de Defesa. É bacharel e mestre pela Washington University em Saint Louis.

permitam impor novos custos e riscos às Forças Armadas ocidentais e frustrar suas tentativas de conquistar terreno. Essas armas, tradicionalmente disponíveis somente a atores estatais, incluem mísseis anticarro guiados de precisão, veículos aéreos não tripulados, sofisticados sistemas portáteis de defesa antiaérea, mísseis de cruzeiro antinavio e foguetes, artilharia e morteiros guiados de precisão. Os planejadores da Defesa dos EUA se referem a essas novas ameaças e aos conceitos norte-americanos para enfrentá-las como contrainsurgência (COIN, na sigla em inglês), antiacesso/negação de área (A2/AD, na sigla em inglês) e guerra “híbrida”, respectivamente¹.

É preciso revisar e ampliar o espectro ou gama de operações militares, de modo a incluir essas novas ameaças, enquadrando ações irregulares (como as operações de COIN, de contraterrorismo e de estabilização) no “extremo inferior” e os conceitos de operação contra-A2/AD no “extremo superior”. A guerra de mobilidade convencional, frequentemente denominada “operações de combate de grande porte”, ocupa, hoje, uma parcela relativamente pequena do espectro de operações. Além disso, a guerra convencional não está situada no extremo superior, e sim no

meio desse espectro dos conflitos. O extremo superior inclui ameaças sofisticadas de A2/AD, cujo enfrentamento requer novas capacidades e conceitos de operação norte-americanos (pode-se, plausivelmente, ampliar essa gama ainda mais, de modo a incluir o confronto nuclear). Esse espectro de operações novo e revisado varia não em nível de esforço ou intensidade da violência (as operações de COIN podem esgotar recursos enormes e ser extremamente violentas às vezes), e sim em escala e sofisticação das capacidades do inimigo.

O Léxico Atual

O atual léxico conjunto do Departamento de Defesa dos EUA não abarca esse novo e ampliado espectro de operações de modo significativo e interessante. Segundo a Publicação Conjunta 3-0 — *Operações Conjuntas (JP 3-0 — Joint Operations)*, a gama de operações militares varia de “operações de resposta a crises e de contingência limitada” a “operações e campanhas de grande escala”².

A JP 3-0 descreve a gama de operações militares ao longo da dimensão do nível de esforço, o que não é muito útil. A Operação *Enduring Freedom* no Afeganistão e a estabilização do Iraque são, ambas,



Figura 1. Gama de Operações Militares, Publicação Conjunta 3-0, *Operações Conjuntas*

“Extremo Inferior”	<i>Varia segundo a escala e a sofisticação das capacidades do adversário</i>	“Extremo Superior”
Operações de COIN, de contraterrorismo e de estabilização	Operações contra ameaças “híbridas” (isto é, atores não estatais providos de armas sofisticadas)	Guerra de mobilidade tradicional contra forças militares convencionais

Figura 2. Espectro de Operações Revisado

“operações de grande escala”. Essas campanhas consumiram, em certos momentos, os esforços de cem mil ou mais soldados em cada um dos dois países; duraram anos de conflito contínuo; custaram centenas de bilhões de dólares; e resultaram em milhares de mortes de militares norte-americanos e dezenas de milhares de feridos. Com base em qualquer parâmetro razoável, as guerras no Iraque e no Afeganistão são operações de grande escala. Na verdade, as fases de estabilização das guerras nesses dois países acabaram exigindo um nível de esforço e uma duração consideravelmente maiores que as invasões que derrubaram seus governos, ambas as quais levaram apenas algumas semanas, e não anos.

As operações de estabilização e o combate de encontro convencional diferem consideravelmente em termos de Forças necessárias, adestramento e equipamentos. Por exemplo, a Força que invadiu o Iraque em 2003 era extremamente bem adestrada e equipada para derrotar o Exército de Saddam, mas estava menos preparada (inicialmente) para os desafios da estabilização e da contrainsurgência que se seguiram. A gama de operações militares apresentada na JP 3-0 não faz essa distinção. Segundo a referida publicação, tanto a invasão inicial do Iraque quanto a campanha de estabilização, que foi mais longa, sangrenta e dispendiosa, enquadram-se no extremo direito desse espectro. Se avaliada com base no nível de esforço, é discutível se a invasão inicial do Afeganistão (realizada por um número reduzido de Forças Especiais e agentes da CIA no terreno, além do poder aéreo) chegou a ser uma operação “de grande escala”. Por estar centrada em nível de esforço, a gama de operações militares descrita na JP 3-0 não registra diferenças qualitativas fundamentais entre

COIN, conflitos “híbridos”, operações militares convencionais e operações contra ameaças de A2/AD. Todas essas operações exigem diferentes capacidades, métodos e conceitos de operação. Um espectro definido somente por nível de esforço não apreende essas importantes distinções entre as operações, sendo, em consequência, de mínima utilidade.

Extremos Superior e Inferior de Quê?

As operações militares variam segundo nível de esforço, duração, tipo de conflito, tipo de adversário ou muitas outras variáveis. Classificá-las ao longo de um espectro unidimensional é algo demasiadamente simplista e problemático em diversos aspectos. Não obstante, “espectro de operações” continua a ser uma útil ferramenta heurística ou de síntese. Embora os termos “alta intensidade” e “baixa intensidade” não façam mais parte do léxico conjunto formal do Departamento de Defesa dos EUA, muitos militares e funcionários civis do setor continuam a empregar “alto” e “baixo” para referir-se aos extremos de um espectro teórico de operações militares. No “extremo inferior” (ou “baixo”) desse espectro, estão atividades como operações de COIN, de contraterrorismo e de estabilização. No “extremo superior” (ou “alto”), encontram-se as operações contra ameaças de A2/AD, que estão entre os desafios mais sofisticados que as Forças norte-americanas talvez venham a enfrentar.

Explícita ou implicitamente, “intensidade” é, com frequência, a variável com base na qual as operações supostamente variam ao longo do espectro dos conflitos. Dependendo de quem esteja falando, “intensidade” pode significar nível de esforço, conforme o descrito na JP

3-0, ou grau de violência. De qualquer forma, “intensidade” é uma designação inadequada. As operações irregulares, como operações de COIN, de contraterrorismo ou de estabilização, podem exigir níveis consideráveis de esforço — em alguns casos, níveis notadamente maiores que operações convencionais de combate de encontro contra um Estado na disputa por um mesmo território. As operações de COIN, de contraterrorismo e de estabilização podem ser extremamente violentas. Para o militar no terreno, que se veja diante de uma complexa emboscada com fogo de metralhadoras, dispositivos explosivos improvisados ou minas e lança-rojões, pouco importa que o inimigo esteja vestindo uma farda ou não. As ações a serem tomadas no terreno são as mesmas. No Iraque e no Afeganistão, as tropas norte-americanas participaram de confrontos sangrentos e intensos nos escalões grupo de combate, pelotão e companhia. Caracterizar esse tipo de combate como sendo de “baixa intensidade” vai contra a lógica.

As operações militares se enquadram, realmente, ao longo de um espectro que varia segundo a escala e a sofisticação do adversário enfrentado. No “extremo inferior” desse espectro, estão as operações de COIN, de contraterrorismo e de estabilização. No “extremo superior”, encontram-se as operações contra-A2/AD. Conforme se passa do extremo “inferior” para o “superior”, as capacidades do adversário crescem em sofisticação tecnológica, adestramento

e poder de aumentar a escala das operações para formações de combate coesas organizadas e maiores.

Curiosamente, o que antes constituía o extremo superior hoje situa-se no meio do espectro. A guerra de mobilidade tradicional contra Forças Armadas convencionais não é o desafio mais sofisticado que as Forças norte-americanas possivelmente enfrentem. Os desafios mais sofisticados são as ameaças de adversários providos de capacidades de A2/AD.

Esse espectro é significativo e útil porque são necessários métodos, capacidades e conceitos de operação distintos para enfrentar adversários que se enquadrem em diferentes pontos ao longo do espectro. As capacidades e abordagens que sejam úteis contra adversários convencionais são, em geral, insuficientes em ambientes de A2/AD, onde novas abordagens inimigas visam a frustrar as modalidades norte-americanas tradicionais de projeção de poder. Embora os atuais carros de combate, helicópteros, viaturas de combate, caças, bombardeiros, navios, navios-aeródromos e satélites dos EUA sejam, de modo geral, qualitativamente proficientes para operações contra Forças convencionais, as operações contra-A2/AD exigem novas armas, como as de ataque a longa distância, e novos conceitos de operação, como bases dispersas e reforçadas, para aumentar a capacidade de resistência a ataques de mísseis.

As Forças inimigas convencionais podem ser consideradas “subordinadas” em relação a

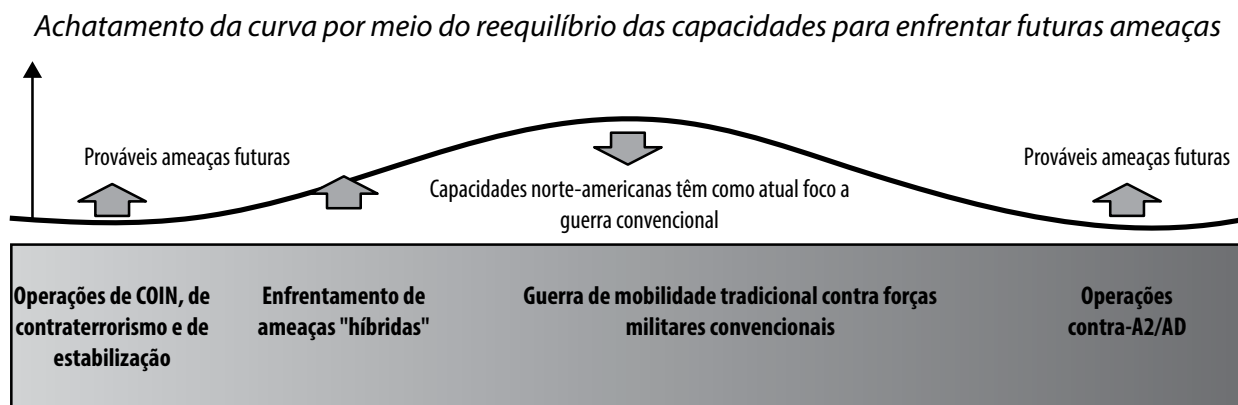


Figura 3. Reequilíbrio das Capacidades do Departamento de Defesa dos EUA

Forças militares de Estados-nação avançados, com capacidades de A2/AD, mas esse não é o caso de inimigos que conduzam a guerra irregular. [O termo utilizado pelo autor, *lesser includeds*, ou “menores e inclusas”, referia-se, originalmente, a quaisquer operações, durante a Guerra Fria, que não o possível grande confronto com a União Soviética, segundo Thomas Barnett, e presumia que a capacidade para tal conflito de grande escala seria, necessariamente, suficiente para o enfrentamento de qualquer outra ameaça. — N. do T.] Quando passamos para o extremo inferior do espectro, em que os adversários não dispõem de armas tecnologicamente avançadas nem da instrução, adestramento e organização para conduzirem o combate aproximado contra Forças militares convencionais, eles respondem com o emprego das “armas dos fracos”: a insurgência e o terrorismo. No lugar de um confronto militar direto, eles se valem do apoio de populações civis e disfarçam sua movimentação em seu meio. O Departamento de Defesa dos EUA caracteriza essa modalidade de conflito como “guerra irregular”, definida da seguinte forma em sua Diretriz 3000.07:

Conflito violento entre atores estatais e não estatais por legitimidade e influência sobre as populações relevantes. A guerra irregular favorece abordagens indiretas e assimétricas, embora possa empregar a gama completa de capacidades militares e de outra natureza, a fim de enfraquecer o poder, influência e vontade de um adversário³.

A Diretriz 3000.07 compara a guerra irregular à “guerra tradicional”, sendo esta última definida da seguinte forma:

Forma de guerra entre as Forças militares convencionais de Estados, ou de alianças de Estados, em que o objetivo é derrotar as Forças Armadas de um adversário, destruir sua capacidade de combater ou conquistar ou reter território, visando a forçar uma mudança no governo ou políticas de um oponente⁴.

A guerra irregular e a guerra tradicional são, ambas, modalidades de guerra. A tradicional

envolve uma oposição direta às Forças militares de um inimigo em um combate de encontro. A guerra irregular apoia-se em influenciar populações para a conquista de objetivos políticos, incluindo estimular a insurgência, aterrorizar importantes grupos populacionais ou enfraquecer a vontade política de lutar do inimigo.

Como os tipos de operação apresentados anteriormente variam em escala e sofisticação tecnológica, as operações situadas no meio e à direita no espectro se enquadram, em geral, na definição de guerra tradicional, já que se opõem a adversários providos de Forças militares organizadas. As operações no extremo esquerdo do espectro são de caráter mais irregular, já que os adversários recorrem a abordagens centradas na população, a fim de compensar sua falta de sofisticação em meios militares tradicionais. Por sua vez, são necessárias abordagens centradas na população, como COIN, para derrotá-los.

Em algum ponto entre a insurgência e a guerra convencional está a “guerra híbrida”, que é uma combinação de abordagens irregulares e tradicionais. O termo “guerra híbrida” tem sido debatido em diversos foros⁵. Para fins do espectro revisado (Figura 2), “guerra híbrida” diz respeito a operações conduzidas por atores estatais ou não estatais que conjuguem abordagens irregulares e tradicionais. Um exemplo seria a posse, por atores não estatais, de armamentos sofisticados normalmente reservados às Forças Armadas de Estados-nação. Essas tecnologias podem incluir mísseis anticarro guiados de precisão, sofisticados sistemas portáteis de defesa antiáerea, veículos aéreos não tripulados, mísseis de cruzeiro antinavio e foguetes, artilharia e morteiros guiados de precisão. Essas capacidades podem permitir que atores híbridos resistam a Forças militares organizadas em combates de encontro. Ao mesmo tempo, as comunicações estratégicas destinadas a influenciar as populações relevantes constituem aspectos importantes da guerra híbrida. Derrotar as forças do inimigo no campo de batalha não é, por si só, suficiente para conquistar a vitória.

Impacto do Espectro Revisado

Uma determinada operação pode passar por diversas fases e por várias ou mesmo todas as partes do espectro dos conflitos. A guerra no Iraque, por exemplo, começou como uma campanha militar tradicional contra Forças organizadas de um Estado-nação, evoluindo, em seguida, para uma contrainsurgência e, mais tarde, para uma operação de imposição da paz, que visava a suprimir uma crescente guerra civil entre sunitas e xiitas. Por fim, converteu-se em uma missão de assistência a Forças de segurança, objetivando a capacitação das Forças do governo iraquiano. Alguns adversários podem até empregar, simultaneamente, táticas e métodos de combate de diversos pontos no espectro.

As Forças dos EUA precisam estar preparadas para a possibilidade de que as operações passem, às vezes de maneira súbita e imprevista, de um ponto para outro no espectro, conforme os adversários busquem a modalidade de conflito mais vantajosa para a consecução de seus objetivos. Tanto atores estatais quanto não estatais buscam modernizar seus equipamentos e táticas militares e desenvolver capacidades mais à direita no espectro revisado. As vantagens históricas em superioridade tecnológica das Forças Armadas norte-americanas significam que seus adversários estatais e não estatais tentarão, também, empregar abordagens irregulares e centradas na população, para buscar resolver conflitos segundo lhes convier, levando populações a virar-se contra os EUA e enfraquecendo sua vontade de lutar.

Historicamente, os EUA têm sido fortes na parte intermediária do espectro dos conflitos, isto é, na guerra convencional. O extremo superior do espectro (operações contra-A2/AD) é novo, tendo evoluído conforme os adversários foram modernizando suas Forças militares e concebendo abordagens inteligentes para se oporem às forças norte-americanas. O extremo inferior do espectro existe há milênios, mas vem se tornando mais relevante para as Forças norte-americanas em tempos recentes, uma vez que a superioridade dos EUA na guerra convencional impele os adversários a empregar abordagens irregulares,

como a insurgência e o terrorismo. As capacidades norte-americanas, em sua maioria, ocupam o meio do espectro. O fato de não se converterem, necessariamente, em capacidades em um dos dois extremos, de A2/AD ou COIN, significa que a proficiência das Forças norte-americanas é insatisfatória em ambos.

As adaptações e investimentos recentes das Forças Armadas dos EUA, incluindo desde Unidades ribeirinhas e de Assuntos Cíveis até o novo bombardeiro de longo alcance, concentraram-se nos extremos do espectro. Buscando economia, o Departamento de Defesa se voltou, recentemente, às capacidades convencionais situadas no meio do espectro. Por exemplo, nos últimos anos, o Exército reduziu seus meios blindados e de artilharia a fim de abrir espaço para capacidades centradas em COIN, como equipes de assuntos cíveis ou de apoio de informação. Contudo, ainda há lacunas significativas tanto no extremo superior quanto no inferior. Conforme as pressões orçamentárias crescerem, o processo de reequilibrar capacidades por meio da distribuição de recursos para os dois extremos do espectro continuará não apenas no Exército, como também nas demais Forças Singulares.

Não é um Caso de “Ameaça Subordinada”

Superar os desafios gerados por adversários situados em diferentes pontos do espectro requer capacidades distintas. Os desafios impostos por adversários que empregam capacidades menos sofisticadas e, portanto, abordagens irregulares, não são “subordinados” aos apresentados por adversários convencionais ou de A2/AD mais sofisticados. A modalidade de guerra muda em termos qualitativos, à medida que nos aproximamos do extremo inferior do espectro. As Forças Armadas dos EUA precisam estar aptas a lidar com todo o espectro, o qual afeta cada Força de forma diferente.

As abordagens de A2/AD desafiam os conceitos norte-americanos tradicionais de projeção de poder aéreo e marítimo. Por isso, a Marinha e a Força Aérea dos EUA precisam concentrar a maior parte de seus esforços em operações em ambientes de A2/AD. A guerra tradicional contra adversários convencionais menos sofisticados é, de modo

geral, “subordinada” a operações contra-A2/AD. Por exemplo, os caças de quinta geração podem desempenhar as mesmas missões que os de quarta geração. Sua operação é consideravelmente mais cara, porém, o que sugere que se adote uma combinação de ambos os tipos de aeronave, quando possível. O mesmo se aplica a navios. Empregar um contratorpedeiro em uma missão antipirataria ou de segurança marítima na qual um barco patrulha ou uma fragata fossem soluções aceitáveis seria uma abordagem excessivamente cara. Uma mistura de capacidades seria uma forma melhor de prover os meios de alta qualidade necessários para o pequeno número de missões extremamente desafiadoras situadas no extremo superior do espectro e a quantidade exigida para uma ampla gama de possíveis contingências.

Entretanto, algumas capacidades aéreas e marítimas situadas no “extremo inferior”, para a condução de operações de COIN, contraterro-rismo e estabilização e o fornecimento de apoio às Forças Terrestres nesses tipos de conflito, ainda são necessárias, não sendo, obrigatoriamente, “subordinadas” às operações enquadradas no extremo superior. Meios como Forças ribeirinhas, assuntos civis marítimos, VANT *Predator* e *Reaper* e aeronaves de ataque leve são qualitativamente diferentes de contratorpedeiros, caças de quinta geração e bombardeiros. Embora a Força Aérea e a Marinha dos EUA devam ter como foco principal as ameaças de A2/AD, alguns recursos devem permanecer dedicados a missões de guerra irregular.

O Exército e o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA encaram desafios distintos. Diferentemente da Força Aérea e da Marinha, desafiadas por conceitos de A2/AD destinados a frustrar as modalidades norte-americanas tradicionais de projeção de poder, as Forças Terrestres dos EUA detêm vantagens significativas sobre qualquer exército terrestre inimigo. Seus principais desafios advêm de operações de guerra irregular situadas no extremo inferior do espectro, as quais não são “subordinadas” à guerra tradicional, como aprendemos no Iraque e no Afeganistão. Um Corpo de Fuzileiros Navais e um Exército voltados,

primordialmente, à guerra tradicional contra Forças militares de um Estado-nação não serão suficientemente competentes em operações de COIN e de estabilização para enfrentar adversários que empreguem táticas irregulares.

Tanto o Exército quanto o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA devem estar aptos a conduzir operações centradas na população para estabilizar regiões “subgovernadas” e a desenvolver a capacidade de segurança de países parceiros, permanecendo, ao mesmo tempo, proficientes na manobra de armas combinadas, para destruir Forças militares organizadas em um combate de encontro. O fato de as operações de estabilização e de contrainsurgência poderem durar anos ou décadas representa um desafio ainda maior para as Forças Terrestres ao exigir uma base de forças em rodízio. A proficiência norte-americana em operações convencionais de conquista de terreno, por outro lado, permite que o país as conclua em uma questão de meses, se não semanas ou dias. Assim, para que as operações convencionais e as operações de COIN/estabilização possam ter o mesmo peso (porque campanhas convencionais podem rapidamente se converter em COIN), é preciso adestrar, equipar e planejar a maior parte das Forças Terrestres para estas últimas.

Para o militar no terreno, que se veja diante de uma complexa emboscada com fogo de metralhadoras, dispositivos explosivos improvisados ou minas e lança-rojões, pouco importa que o inimigo esteja vestindo uma farda ou não.

Ainda não sabemos se, para obtermos proficiência em ambos os tipos de operação, será melhor buscar um ponto ideal entre eles ou voltar segmentos da força em direção a cada tipo de conflito. Se existe um ponto intermediário entre a guerra convencional e a COIN, ele consiste na guerra “híbrida” contra atores

não estatais providos de armas sofisticadas, que operam em meio a populações civis e conduzem, simultaneamente, modalidades irregulares e tradicionais de guerra. Não basta adestrar e equipar tropas para o combate contra Forças convencionais apenas, pois as operações de estabilização e de COIN não lhes são “subordinadas”. Entretanto, como as ameaças híbridas empregam tanto meios tradicionais quanto irregulares, seu enfrentamento requer a condução simultânea de abordagens centradas na população e do combate de encontro direto. Uma Força Terrestre centrada em ameaças híbridas, que pudesse destruir Forças inimigas e influenciar populações, talvez fosse capaz de combater ao longo de todo o espectro dos conflitos, desempenhando tanto operações convencionais quanto operações de COIN.

Esclarecimento do Léxico

Para que os profissionais de defesa militares e civis possam se comunicar efetivamente uns com os outros, será preciso dizer o que se quer dizer. Termos como “alta intensidade” são enganosos e confusos e devem ser abandonados. É simplesmente absurdo classificar como “baixa intensidade” as longas, sangrentas e custosas fases de contrainsurgência das guerras no Iraque e no Afeganistão, tanto em termos do nível de esforço quanto do grau de violência.

Um espectro de operações militares que varie apenas em nível de esforço não é útil, porque não destaca diferenças qualitativas fundamentais entre operações de COIN, guerra híbrida, guerra convencional e operações contra-A2/AD.

Um espectro que varie em escala e sofisticação das capacidades do inimigo é mais sensato e útil para descrever como os vários tipos de conflito (de COIN e guerra híbrida a ambientes de A2/AD) afetam as forças norte-americanas. Essas operações exigem capacidades, métodos e conceitos de operação distintos. As Forças Armadas dos EUA são, historicamente, fortes na guerra convencional, situada no meio do espectro, mas capacidades nessa área não são tão úteis em outros pontos dele. Sendo assim, o Departamento de Defesa está achatando a curva de capacidades. A pasta vem ampliando investimentos nos extremos superior (A2/AD) e inferior (COIN) do espectro e, na medida em que restrições orçamentárias exigem uma compensação, assumindo riscos na área intermediária.

As crescentes pressões orçamentárias vêm reduzindo os recursos. Enquanto isso, potenciais inimigos continuam a modernizar suas capacidades de A2/AD, e a instabilidade em regiões “subgovernadas” continua a ameaçar os interesses dos EUA. Diante dessas condições, o reequilíbrio da força deve continuar.**MR**

REFERÊNCIAS

1. DEPARTMENT OF DEFENSE, *Quadrennial Defense Review* (Feb. 2010), p. 8-9, disponível em: <http://www.defense.gov/qdr/images/QDR_as_of_12Feb10_1000.pdf>.

2. CHAIRMAN OF THE JOINT CHIEFS OF STAFF, *Joint Publication 3-0, Joint Operations* (22 Mar. 2010), 1-8, disponível em: <http://www.fas.org/irp/doddir/dod/jp3_0.pdf>.

3. DEPARTMENT OF DEFENSE (DOD), *DOD Directive 3000.07, Irregular Warfare (IW)* (1 Dec. 2008), p. 11, disponível em: <<http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/300007p.pdf>>.

4. *Ibid.*, p. 11.

5. Para uma breve visão geral, consultar HOFFMAN, Frank. “Hybrid Warfare and Challenges”. *Joint Force Quarterly* 52 (January 2009): p. 36.